



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE AGOSTO DE 1995

*Dr. José Ajuricaba da Costa e Silva, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Senhores Ministros; Senhoras e Senhores,*

Primeiramente, quero agradecer a distinção não só pela promoção, como também pela presença de todos os senhores aqui neste Palácio. Para mim é uma grande satisfação recebê-los aqui, sobretudo no dia de hoje, quando vêm para me homenagear.

Quero dizer que prestei muita atenção ao discurso do nosso Presidente e gostei muito das palavras dele.

Gostei muito, por algumas razões. Em primeiro lugar, porque se aventurou na política internacional, coisa que eu de vez em quando faço e, agora, por dever de ofício tenho que fazer também. E me parece que as considerações sobre a “Europa gorda e injusta”, que não quer ver os problemas que lá estão, são considerações muito pertinentes.

Ainda há pouco, numa reunião em que eu estava, aqui embaixo, no setor de comunicação social, eu dizia àqueles que são responsáveis por esses grandes dirigentes de estatais, que têm muito acesso à mídia, que era importante que o Brasil de hoje comunicasse a todo o País, ao povo

em geral, não só – eu voltaria ao tema – o que está sendo feito em termos de estabilização da economia, mas, sobretudo, dos aspectos sociais e certos aspectos simbólicos.

Entre eles, mencionei a questão do negro, porque estamos no ano em que vamos comemorar o Zumbi. E um País como o Brasil, que é multirracial, não pode viver envergonhadamente uma virtude. Uma virtude. Nós, então, precisamos proclamar que temos uma grande população negra e que gostamos disso. É o contrário do que estamos vendo na Europa, onde de novo essas noções nazistas, de fato, como aqui foram mencionadas, de pureza racial, voltam a existir no mundo de hoje, o que é uma coisa absolutamente absurda. Nós aqui no Brasil devemos nos opor vigorosamente a esse tipo de ideologia e devemos proclamar com muito orgulho a nossa condição multirracial. Acho que o Governo tem a obrigação, através dos meios de comunicação, de aproveitar para dizer que temos satisfação em ter uma sociedade multirracial e que o negro contribui fundamentalmente para a vida brasileira. Contribuiu no passado, como escravo, e contribui hoje como cidadão e como alguém que tem uma cultura, que tem uma herança e que é muito importante.

Poderá parecer que são detalhes. Não são detalhes. Se nós não cultivarmos essa visão mais ampla da democracia, terminaremos nessa tragédia que estamos vendo na Europa super-rica de hoje: tragédia do fundamentalismo, da intolerância – intolerância às vezes religiosa e às vezes social – e em toda parte esse clima de suspeição sobre o outro não aceitar a diversidade. Ao contrário, nós temos que proclamar a diversidade como um valor, como uma virtude.

Estou totalmente, portanto, de acordo com as suas observações.

Mas, mais ainda no que diz respeito especificamente ao papel do Tribunal, ao qual tenho que agradecer, pela compreensão já demonstrada na discussão da estabilização, Tribunal que me honrou com a primeira medalha, aliás, que eu recebi das mãos do Ministro Pazzianoto, que aqui está; e foi, talvez, a primeira condecoração que recebi como Senador, que recebi na República, porque até então eu não estava muito

bem visto na República. Realmente, se o Ministro se recorda, ele me outorgou a primeira medalha. E, agora, esta promoção.

Ao Tribunal, eu dizia, devo agradecer a compreensão que tem tido na questão relativa ao programa de estabilização da economia.

Sem a compreensão dos tribunais isso não se faz. Isso tem a contrapartida. O Dr. Ajuricaba mencionou que não se pode encarar apenas a questão da estabilização. Estabilização é para alguma coisa, estabilização é para que nós possamos ter, realmente, crescimento econômico e bem-estar social.

E aí me aprez, também, dizer que a maior distribuição de renda já havida na história do Brasil foi o Plano Real que fez. E, no momento em que se discute, como agora, uma medida provisória sobre desindexação de salários, é bom ter isto em mente: que aquilo que não se conseguiu com a indexação se consegue com a estabilização.

É com a estabilização, é com o crescimento econômico, é com a distribuição de renda real, através da participação nos lucros e nos resultados, através da negociação direta com os sindicatos e, no momento necessário, por intervenção dos tribunais, que se consegue, efetivamente, a manutenção da capacidade de compra. Não é pela lei. Se fosse pela lei, por que ser tão pouco? Se fosse tudo resolvido pela lei, todos nós teríamos o maior prazer em dar aumentos enormes e indexar dia a dia.

Só que não é assim. Isso não resolve, isso atrapalha. Não resolve. O momento é outro. O Brasil já compreendeu isso.

Então, o Plano Real permitiu uma distribuição de renda efetiva, e é o que garante até hoje o índice de aprovação que continuamos a ter pela população mais pobre, porque esse plano, ao contrário do que imaginaram os que o combatiam, não veio para ajudar os ricos: veio para ajudar todo o mundo, mas especificamente os que mais precisam, que são os pobres. E ele permitiu uma melhoria da condição de vida porque deu estabilização aos preços e evitou a erosão dos salários no decorrer do mês.

É claro que há aquele que não tem nem salário, não tem nenhuma garantia, não tem nada. Esses devem ser objeto de preocupação enorme de todos nós, de políticas específicas, para que possam ser incorporados à nossa sociedade.

Mas é importante que o Governo, ao tomar as suas decisões, não deixe de prestar, também, atenção àquilo que é essencial e olhar para o lado que foi dito aqui, humano, o lado social. Porque não são lados separados. Não se pode pensar a economia para um lado e o social para o outro. A decisão econômica, às vezes, em si mesma, já contém uma consequência negativa ou uma consequência positiva sobre o social. O que não quer dizer que o Governo não tenha que ter outras políticas sociais: educação, saúde, programas específicos de comunidades mais pobres.

Tudo bem, tudo isso é necessário. Mas a política deve estar embutida num mesmo conjunto.

Essa é, também, a minha compreensão. Acho que hoje é uma compreensão crescente, entre os brasileiros, que as modificações que têm que ser feitas, e estão sendo feitas, no Brasil, não podem dissociar-se do bem-estar da população; e que temos horror a essas modificações com demagogia, porque a demagogia, não há dúvida nenhuma, atrapalha, confunde, faz com que as pessoas pensem que vão ter uma benesse e não têm essa benesse; faz lutas que são lutas pelo vazio, pelo nada, que vão apenas, digamos, dar alento a lideranças que se aproveitam de propostas irrealizáveis, que levam a uma ilusão que depois venha a ser uma desilusão, levam ao fracasso, levam para o lado negativo.

Nós estamos vivendo uma outra etapa do Brasil – eu diria que é até mais ampla do que o Brasil – num outro momento da nossa História, em que é possível a convergência de opiniões, porque todos já sabem quais são os problemas.

O Dr. Ajuricaba disse que menciono o fato de que essa sociedade nova é injusta. É verdade, eu disse isso durante a campanha eleitoral e dizia, antes, como sociólogo. Nós já não somos um país subdesenvolvido em termos de renda *per capita*, em termos de produto bruto, em termos de participação na economia internacional; somos um país com muita desigualdade, somos um país injusto. E é mais grave ser injusto que ser subdesenvolvido, porque a do subdesenvolvido é uma condição objetiva, e a injustiça, não. É alguma coisa que pode mudar se as atitudes mudarem. No subdesenvolvimento, não basta mudar a atitude, tem que haver uma mudança efetiva, material, digamos assim. A injustiça é

possível corrigir através de uma ação do ator ou dos atores sociais. Então, é o que nós estamos corrigindo, e os tribunais têm um papel imenso nisso.

Ainda ontem, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão muito importante a respeito da questão agrícola, muito importante. Conforme a decisão do Supremo Tribunal Federal, nós teríamos uma nova crise, por causa da incompreensão de certos setores, nem setores, certas lideranças, que querem a todo custo fazer crer que o Governo não faz porque não quer, o que atrapalha o Governo fazer o que pode.

O Supremo Tribunal, com a liberdade total que todos os tribunais têm e devem ter, tomou uma decisão – se tomasse a decisão contrária, eu respeitaria igualmente – que me pareceu de grande significado, assim como as decisões que os senhores tomaram na última greve foram de grande significado, e espero ter correspondido às decisões mantendo uma posição também de absoluta coerência, com respeito às leis, não pelo amor à dureza, porque ninguém ama ser severo, mas por amor à justiça, por amor àquilo que deve ser a bússola de todos nós.

Perdoem-me por ter, talvez, me estendido além do limite numa soleidade que era de mero conagraçamento, mas fui provocado pelas palavras tão sábias do nosso Presidente e eu não queria perder a oportunidade de dizer, portanto, algumas palavras de concordância com o que ele disse e, mais uma vez, agradecer a cada um dos senhores.

Muito obrigado.